



RELATÓRIO
OFICINA DE TRABALHO - PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA
Brasília, 28 e 29 de julho de 2010
Centro Cultural de Brasília

1 – APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta a síntese das principais reflexões e propostas da “**Oficina de trabalho sobre o Programa Bolsa Família e a extrema pobreza**” realizado pelo **Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)** em parceria com a **FIAN Brasil** nos dias 28 e 29 de julho de 2010 em Brasília.

A oficina se constituiu enquanto um momento de aprofundamento sobre o papel da transferência de renda no enfrentamento da extrema pobreza partindo da experiência brasileira do Programa Bolsa Família. A reflexão crítica sobre o Programa foi feita à luz do princípio do direito humano à alimentação e na perspectiva da garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

O aprofundamento temático propiciado pela oficina contribuiu para qualificar o posicionamento político do Fórum sobre a transferência de renda. Nosso objetivo é que os debates e propostas construídas na oficina possam subsidiar o debate sobre o Programa Bolsa Família a ser realizado pela Plenária do CONSEA. Interessante ressaltar o êxito obtido pela oficina em ampliar a leitura sobre o enfrentamento da pobreza a partir da transferência de renda, articulando com outras dimensões estratégicas da SAN. Nesse sentido, a oficina não pretendeu esgotar todas as discussões acerca da transferência de renda no Brasil, mas apontar questões que ainda merecem ser aprofundadas.

Avaliamos que as reflexões e proposições resultantes dessa oficina podem e devem fomentar um amplo debate nos Fóruns Estaduais de SAN.

A oficina contou com a participação da coordenação ampliada do FBSSAN, secretaria executiva e colaboradores da FIAN Brasil, conselheiros e Secretaria do CONSEA Nacional, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania e de palestrantes, como: Lucia Modesto (SENARC/MDS), Ana Fonseca (UNICAMP), Clovis Zimmerman (FIAN), Thais Franceschini (Comissão Permanente de DHAA do Consea), Jorge Abrãao de Castro (IPEA), Cleonice Almeida (Comitê Comunitário Cidade de Deus), Adriana Mezadri (Movimento de Mulheres Camponesas) e Chico Menezes (IBASE).

A metodologia utilizada na oficina buscou articular a realização de painéis de debate com trabalho em grupo e momento final em plenária, conforme programação abaixo. Para o trabalho em grupo foi utilizado um roteiro com algumas questões orientadoras para o debate.

2 – PRINCIPAIS REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES

A leitura crítica sobre o Programa Bolsa Família a partir da perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação nos possibilitou discutir de forma mais ampla o enfrentamento da extrema pobreza e a importância da estratégia de transferência de renda estar articulada a um conjunto de políticas que precisam ser fortalecidas. Por conta disso, para facilitar a visualização das questões, optamos por organizar as propostas elaboradas na oficina em dois blocos. No primeiro apresentamos proposições ligadas diretamente à gestão, desenho operacional e controle social do Programa Bolsa Família. No segundo bloco as propostas estão relacionadas à necessária articulação do PBF com outras políticas e programas para o enfrentamento da pobreza extrema e garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Para os participantes é necessário aprofundar mais o debate sobre a Renda Básica de Cidadania e as possíveis alternativas para uma transição progressiva. A FIAN Brasil pretende retomar a campanha pela Renda Básica com o objetivo de suscitar esse debate na sociedade.

2.1 Programa Bolsa Família

2.1.1 Gestão e desenho operacional do PBF

a) É fundamental que seja fortalecido o caráter permanente do Programa numa perspectiva de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

b) Critérios de seleção:

- O critério de seleção baseado exclusivamente na renda é insuficiente para captar as famílias e indivíduos pobres e extremamente pobres, pois há um conjunto de outros fatores para além da renda que determinam a pobreza, como por exemplo, a existência de doenças crônicas ou necessidades alimentares especiais. Por isso, é importante articular a linha de pobreza com outros critérios de vulnerabilidade.

c) Cadastramento e cobertura:

- O Estudo do IPEA mostra que ainda existem famílias em situação de extrema pobreza que não acessam o programa. São os mais pobres dentre os pobres. É urgente que o SENARC (Secretaria Nacional de renda e Cidadania) desenvolva uma estratégia de busca ativa dessas famílias.
- É necessário ampliar a cobertura do Programa para indivíduos em situação de pobreza, pois o percentual de indivíduos beneficiários ainda é muito pequeno.
- É urgente e necessário que o governo zere a base do cadastro único, ou seja, que todas as famílias e indivíduos cadastrados que ainda não recebem o recurso sejam incluídas no programa. A garantia da universalidade do acesso ao Programa a todos aqueles que atendam ao critério de inclusão é condição fundamental para o fortalecimento da perspectiva de direitos humanos.

- Os estudos do IPEA sobre a pobreza longitudinal apontam para a existência de importantes variações no percentual de pobreza e extrema pobreza ao longo dos meses. Nesse sentido, a definição de cotas para os municípios com base nos dados de pobreza transversal apresentam muitos limites. É importante que o Programa possa viabilizar o acesso aos trabalhadores temporários, pois estes só dispõem de renda em determinado período do ano, ficando muitas vezes o restante do período em situação de extrema pobreza.
- Foram apontadas diversas fragilidades no processo de cadastramento que estão relacionadas a alguns fatores: fragilidade institucional dos municípios; falta de infra-estrutura; preconceito dos gestores; práticas clientelistas, entre outros. O cadastramento é uma etapa de grande importância, pois é a porta de entrada para o acesso ao Programa. Por isso, consideramos que é fundamental: qualificação permanente do processo de cadastramento nos municípios; instituir instrumentos de denúncias de violações, como por exemplo, a criação de ouvidorias municipais; aumento progressivo do apoio logístico aos municípios para que as etapas de cadastramento e recadastramento sejam efetuadas diretamente nas comunidades; mecanismos legais de responsabilização dos gestores; investir na parceria com os agentes comunitários de saúde.

d) Valor do Benefício:

- É necessário que haja um mecanismo de reajuste automático e regular do valor do benefício.
- Valor do benefício deveria usar como parâmetro o valor da Cesta Básica de Alimentos calculada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), regionalizando, assim, o valor do benefício.

2.1.2 Condicionalidades

- Há um consenso de que as famílias e indivíduos não podem ser punidos pelo não cumprimento das condicionalidades, pois tal situação se configura em grave violação ao direito humano à alimentação. Por isso, a proposta é que a previsão de desligamento do programa em caso de não cumprimento seja imediatamente retirada do arcabouço legal do Programa Bolsa Família. Da forma como está sendo implementada, as condicionalidades tem reforçado de forma perversa a culpabilização das famílias pela situação de miséria e mais uma vez colocando sobre as mulheres a responsabilidade pelo cuidado.
- É necessário inverter a lógica das condicionalidades, trabalhando com a perspectiva de promoção do acesso prioritário aos serviços de saúde e educação e da responsabilização dos gestores na garantia desses direitos. Nesse sentido, uma das propostas é a criação de estratégias positivas de indução e estímulo aos municípios para o acompanhamento das famílias beneficiárias. Uma possibilidade seria o Índice de Gestão Descentralizada.
- Identificação da cobertura dos serviços de saúde e educação através de informe anual dos gestores sobre as ofertas e demandas dos serviços para os beneficiários do Programa.

- É urgente o monitoramento das famílias que foram excluídas do Programa, identificando quem são e aonde estão. É necessária a criação de uma agenda de trabalho para o acompanhamento dessas famílias que foram excluídas.
- Especificamente no caso da comunidade de Sururu de Capote, em Alagoas, é urgente que o governo federal apure as diversas denúncias de violação dos direitos.

2.1.3 Participação e Controle Social:

- Criação de instrumentos de exigibilidade do direito humano à alimentação. O documento elaborado pela Comissão Permanente de DHAA do CONSEA traz recomendações importantes.
- Criação de ouvidorias municipais como canais de denúncias de violações ao direito dos beneficiários do Programa.
- É necessária a criação de instrumentos de formação continuada dos conselheiros e gestores municipais na ótica do DHAA. É preciso que o PBF seja um instrumento de fortalecimento da capacidade dos beneficiários em exigir outros direitos, como terra, água, saneamento, moradia.

2.1.4 Povos indígenas e comunidades tradicionais

- A leitura sobre a transferência de renda para os povos indígenas e comunidades tradicionais não pode ser descolada da grave situação de violação de direitos a que estes povos estão submetidos. A ausência da demarcação, titulação e homologação dos seus territórios tem causado a desestruturação dos seus modos de vida agravando a situação de extrema pobreza e de insegurança alimentar e nutricional.
- No caso dos povos indígenas aldeados é importante aprofundar a discussão se de fato o instrumento mais adequado para a transferência de renda é o Programa Bolsa Família, pois pode fortalecer uma cultura de monetarização, esvaziando o enfrentamento da questão do direito ao território. As experiências internacionais de transferência de renda para populações indígenas no Panamá e Paraguai são para índios não aldeados. Um formato a ser estudado seria a transferência do volume de recursos para um fundo de gestão coletiva da aldeia.
- Inclusão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) nos processos de construção do cadastro e do cadastramento dos povos indígenas.
- É preciso operar o Programa a partir das lógicas culturais indígenas, com especial atenção à questão da compreensão de família e também a educação indígena.
- É necessário utilizar linguagem mais adequada às populações indígenas e comunidades tradicionais para facilitar a compreensão destes sobre o programa.
- Foi valorizado o esforço do governo em priorizar a inclusão no PBF dos cadastros de quilombolas e populações indígenas, todavia, observa-se que em muitos casos quem está fazendo o cadastramento não preenche o campo específico do CAD-Único para esta identificação, o que na prática faz com que os mesmos não sejam priorizados durante a seleção. Embora alguns cadastradores relatem desconhecer a necessidade de

preencher esse campo de identificação, outros simplesmente não respeitam ou negam a auto-identificação.

- Na região Norte é necessário facilitar o acesso das populações indígenas e ribeirinhas aos recursos. Uma possibilidade seria a parceria com a Caixa para a implantação de “Barcos Bancos”.

2.2 Ações articuladas com o Programa Bolsa Família para o enfrentamento da extrema pobreza

- A transferência de renda sozinha não resolve o problema da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional. É necessário que o Programa esteja articulado a políticas complementares e estruturais que contribuam para melhoria da condição de vida e garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional, como: reforma agrária e garantia dos direitos territoriais; política de abastecimento alimentar; educação alimentar e nutricional; formação continuada e geração de emprego.
- Associar as políticas de Reforma Agrária e Regularização Fundiária de territórios indígenas e quilombolas ao Programa Bolsa Família.
- Diversas pesquisas sobre perfil de consumo da população brasileira mostram que tem aumentado o consumo de alimentos industrializados e ricos em açúcares, gorduras e que tem contribuído muito para o aumento da obesidade. O Estudo realizado pelo IBASE indica que a maior parte da renda obtida com o PBF é destinada para a compra de alimentos. Por outro lado, houve aumento no consumo de alimentos ricos em açúcares. Esses dados reforçam a necessidade de se articular o Bolsa Família com políticas de abastecimento alimentar e de educação alimentar e nutricional. É necessário pensar em ações estratégicas que fortaleçam os circuitos locais abastecimento e comercialização de alimentos nas áreas geográficas com concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família de forma a propiciar o acesso dessas famílias a alimentos mais saudáveis e com preços justos. Além disso, é fundamental que o Estado incentive a produção para o auto-consumo como forma de reduzir a dependência dessas famílias do mercado.
- O enfrentamento da pobreza rural requer que o PBF se articule às políticas agrícolas desenvolvidas pelo governo federal, como o programa de aquisição de alimentos. Uma estratégia interessante seria o cruzamento dos dados do CAD-Único com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para identificar os agricultores familiares beneficiários do programa de forma a se construir políticas voltadas para esse público, como por exemplo, a criação de crédito específico.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2010

Relatoria: Vanessa Schottz; Vivian Braga

Revisão: Célia Varela, Rozi Billo, Francisco Menezes, Maria Emilia Pacheco.



OFICINA DE TRABALHO - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

ANEXOS

1. PROGRAMAÇÃO

28 de Julho – quarta-feira

9:00 – 9:30 - Abertura e apresentação dos objetivos e dos participantes

➤ **9:30 - 12:30 - Painel 1: Qual o papel do Programa Bolsa Família na garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional?**

➤

➤ **Balanco da implementação do Programa Bolsa Família**

Lúcia Modesto – Secretária Nacional de Renda da Cidadania/MDS

➤ **Repercussões do PBF na Segurança Alimentar e Nutricional**

Francisco Menezes – IBASE

➤ **PBF na ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada**

Thais Franceschini – ABRANDH/Comissão Permanente DHAA do CONSEA

➤ **Um olhar a partir dos movimentos sociais e das mulheres**

Adriana Maria Mezadri - Movimento de Mulheres Camponesas

14:00 - 16:00 - Painel 2: Transferência de renda: avanços e desafios no enfrentamento da extrema pobreza

➤ **Programas de Transferência de Renda na América Latina**

Ana Fonseca – UNICAMP

➤ **Papel das Transferências de Renda na redução das desigualdades**

Jorge Abrahão de Castro - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

➤ **Renda Básica de Cidadania**

Clóvis Zimmerman - FIAN Brasil

➤ **PBF na ótica dos titulares de direito**

Cleonice Dias de Almeida - Comitê Comunitário da Cidade de Deus – RJ

16:15 – 19:00 - Trabalho em grupo

29 de julho - Quinta-feira

8:30 – 13:00 - Plenária Final

➤ **Apresentação dos trabalhos em grupo**

➤ **Debatedores:** Delzi Castro (FBSSAN); Írio Conti (FIAN)

➤ **Debate e encaminhamentos**

2. SÍNTESE DOS PAINÉIS

→ **PAINEL 1: Qual o papel do Programa Bolsa Família na garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional?**

Apresentação: Balanço da implementação do Programa Bolsa Família

Lúcia Modesto - Secretária Nacional de Renda e Cidadania – MDS

Lúcia apresenta um Balanço do PBF com as características do Programa, os números do programa e as estimativas para 2010.

Alguns destaques da apresentação:

- A formulação do Programa Bolsa Família atende ao caráter multi determinado das condições de pobreza que agrega uma série de insuficiências além da renda. Precisa-se avançar na definição da pobreza absoluta e relativa.
- Busca compreender o enfrentamento da pobreza pela estratégia da intersetorialidade e gestão compartilhada.
- O entendimento das políticas de transferências de renda pelo compartilhamento de ações, dimensões do programa, condicionalidade que visa interromper o ciclo de pobreza intergerações. No entanto, necessita de programas complementares.
- Sobre as condicionalidades, existem dois movimentos: um que considera as condicionalidades a própria condição para a existência do Programa Bolsa Família e outro que é contrário a existência das mesmas. O debate está sendo feito de forma transparente na sociedade.
- Perfil das Famílias que recebem o Bolsa Família: Grande parte das famílias não conseguem usufruir das oportunidades disponíveis.
- Governo Federal tem investido em ações de capacitação ampla para o mercado de trabalho das famílias no ramo da construção civil e turismo. No entanto, ainda existem limites como na área do turismo é excludente, pois coloca exigências em termos de aparência física. Geração de oportunidades das famílias: parcerias com governo federal em outras áreas como habitação, educação, ministério de desenvolvimento agrário.
- A renda das famílias é muito instável. Utilizam hoje um índice gerado pelo IPEA e IBGE com metodologia de mapas de pobreza. Implantar metodologia em 2009 de mapeamento da pobreza.
- Público Alvo: Cadastro único, corte de renda diferenciado. 19 milhões e meio de famílias cadastradas. O Cadastro é importante para integração e implementação de outras políticas públicas. Ex: diminuição do valor da tarifa de luz para quem está dentro do cadastro.
- Desafio: Cadastramento de Indígenas e quilombolas e populações ribeirinhas. É necessário fazer o acompanhamento dos indígenas e quilombolas de forma diferenciada.
- Apresenta a lógica de construção do valor do benefício: Engenharia complexa baseada no desenho do núcleo familiar. Família identificada no cadastramento. O maior valor é de 200 reais (precisa ter três crianças e mais dois adolescentes e está na linha abaixo da pobreza). O valor do bolsa família pode ser reajustado, mas depende daqueles que estão a frente da condução do programa.
- Eixos importantes do PBF: Intersetorialidade e controle social.
- Gestão compartilhada do Programa. Gov. Federal repassa 300 milhões ano para os municípios para acompanhar as condicionalidades e cadastramento.

- Controle Social: A sociedade civil precisa ter estrutura. Recursos previstos para a infraestrutura nos municípios para a capacitação dos conselheiros(as).
- Condicionalidades: Identificação das vulnerabilidades, famílias que não conseguem alcançar os direitos dos seus filhos. Com base nesse pressuposto, reforçar o direito das famílias pelos serviços de educação, saúde e responsabilizar o poder público pela acesso das famílias a esses direitos. Pois, sabe-se que os serviços de atenção básica não estão disponíveis para todos.
- Na educação: Maior dificuldade é manter os meninos e meninas de 16 e 17 anos nas escolas.
- Na saúde o patamar é de 64% inscritos.
- 100 mil famílias foram desligadas pelo não cumprimento das condicionalidades.
- Protocolo de integração de produtos e serviços. Existe recurso disponível para fazer esse acompanhamento das vulnerabilidades.
- Resultados: Regularidade da transferência tem permitido as famílias a se organizarem para entrarem no mercado de trabalho. Além disso, houve Impacto na SAN, na Educação, na melhoria do déficit nutricional
- Desafios para o Bolsa Família e outras políticas descentralizadas: Desigualdade das Federações.

Repercussões do Programa Bolsa Família na SAN a partir dos dados da pesquisa realizada pelo Ibase em 2008.

Francisco Menezes - Diretor do Ibase

Chico faz a apresentação oral. A pesquisa está disponível no site do Ibase www.ibase.br ou com a Secretaria do FBSSAN.

Destaques da Apresentação sobre os dados da pesquisa:

- Pesquisa feita a partir dos depoimentos das beneficiárias, titulares do Programa.
- Finalização da pesquisa em 2008, no entanto as tendências principais de hoje já aparecem nessa época.
- Nesse sentido, o impacto na SAN foi grande. No acesso aos alimentos, 87% afirmaram que usaram os recursos do Bolsa Família pra alimentos e 46% para compra de material escolar.
- Despesa com alimentação foi de 57%. Acima da média brasileira que está em aproximadamente 30%.
- Houve aumento ao acesso a alimentação, principalmente na área rural e 70% diversificaram a alimentação.
- Principais formas de acesso a alimentação: 96% adquiram alimentos nos mercados. Na área rural, o deslocamento das famílias para comprar alimentos é uma questão que precisa ser enfrentada. 33% dos alimentos são adquiridos nas Escolas com a Alimentação Escolar. Decorre daí a informação de que durante as férias os adultos comiam apenas uma alimentação, por que as crianças precisam mais. Destaca-se também que 20% alimentação vinda de amigos e parentes.
- A produção de alimentos para o autoconsumo foi pequena.
- Houve crescimento do consumo de açúcares e gorduras.
- Final de 2007 e 2008 – Crise dos alimentos. Subida dos preços dos alimentos, diminuição da diversidade e da qualidade nos alimentos da população mais vulnerável.
- Aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) na pesquisa. Consultoria de Ana Segal. 4 categorias: Boa, Insegurança Grave (faltam alimentos), Moderada (restrição da quantidade de alimentos) e a Leve (medo de faltar alimento).
- Para esse público do PBF a maioria já passou por essas situações. 55% estavam em insegurança alimentar (Moderada ou Grave).

- 21% em Grave, 34% Moderada, 17% em Segurança Alimentar. Em relação à população negra: 58% Moderada ou Grave e indígenas 60% Moderada e Grave.
- Houve aumento no consumo de alimentos ricos em açúcar e biscoitos: 68% aumentou o consumo de açúcar e 62% o consumo de biscoitos.

Observações importantes:

- Programa não foi feito para resolver o problema da pobreza, mas buscar formas de enfrentamento.
- Articular programas é uma tarefa difícil, mas necessária. Necessidade de fortalecimento de outros programas, como o PAA. A idéia da câmara interministerial também é frágil e precisa ser reforçada.
- Não devemos colocar o PBF em lugar de outras ações que precisam ser tomadas.
- Questão indígena: O maior problema é a questão do território. Precisamos enfrentar.
- O PBF precisa ser uma Política de Estado.
- A comunicação do programa ainda era frágil. Nas entrevistas com os Gestores com responsabilidades sobre o programa, mas com um grau de desconhecimento muito grave. Para dar respostas fundamentais na garantia do direito.
- Desconhecimento do papel deles para fazer o controle social do programa
- Questão da pobreza extrema. Mobilidade social saindo da extrema pobreza.
- Necessidade de consolidação dos CRAES e CREAS
- O FBSSAN deve ter um papel fundamental no fortalecimento do PBF, na perspectiva dos Direito.

O Programa Bolsa Família na ótica do Direito Humano a Alimentação Adequada.

Thais Franceschini - ABRANDH

Thais apresenta o trabalho realizado pela **Comissão Permanente dos DHAA do CONSEA.**

O objetivo da comissão é trazer para a prática as dimensões dos direitos humanos. Em junho de 2005, a Comissão inicia um processo de avaliação do PBF e elabora um conjunto de recomendações para o MDS.

Destaques:

- Os tratados internacionais foram a base do trabalho da Comissão. Este tratados afirmam que programas e políticas públicas existem para promover direitos. Não é uma caridade.
- Necessidade de mudanças de paradigmas principalmente mudanças de cultura de gestão dentro do estado e na sociedade.
- Necessidade de lidar com o preconceito da sociedade.
- Exigir Direitos historicamente violados. Não são apenas as metas numéricas, mas como tem sido feito na compreensão do direito.
- LOSAN: Obrigação do Estado de trazer mecanismos de exigibilidade. Alimentação incluída no hall de direitos sociais.

Valores agregados ao PBF:

- Superação de paternalismos e autoritarismo.
- Diminuição da discriminação e preconceito.

Orientações da comissão permanente de DHAA:

- Exigibilidade: Criar instrumentos e mecanismos de exigibilidade.
- Mudanças de linguagem e práticas.

- Diferenciar povos indígenas e quilombolas.
- Cadastro único para todos os programas sociais. Qual o significado do Cadastro? Linguagem clara, acesso a todas informações relacionadas ao cadastro.
- Importância de que as informações estejam mais acessíveis.
- Direito ao tratamento adequado e digno, sem discriminação.

Sobre as Condicionalidades: Desafios: as condicionalidades reforçam uma idéia oposta ao direitos humanos. Cultura paternalista e autoritária. Pois não vê o beneficiário como titular de direitos.

Sobre a Cultura de Direitos:

Obrigação do Estado. Perspectiva de garantia de acesso a direitos e não de punição das famílias, mas sim do Estado. A exclusão das famílias reforça a situação de marginalidade. Atestando sobre a incapacidade do estado em cumprir suas obrigações.

Desafios:

- Melhorar a qualidade dos serviços;
- Apoderamento dos titulares;
- Responsabilidades do poder público e não os titulares;
- Acompanhamento intersetorial das famílias;
- Programa de Renda Básica Universal;
- Instrumentos de exigibilidade;
- Comissão analisar as informações sobre quilombolas, indígenas e população de rua.
- Melhorar a linguagem sobre a responsabilização dos gestores;
- Produção de materiais específicos sobre os Direitos Humanos;
- Formas de aperfeiçoar o programa na ponta, sobre as violações e as faltas de informações dos beneficiários e gestores;
- Ações de formação: Ações de formação específicas na linha dos Direitos Humanos. Criar cultura de Direitos dentro do programa;
- Priorizar famílias mais vulneráveis;
- Adoção de critérios além da renda;
- Poder público precisa garantir documentação a população. Demanda ações imediatas nesse sentido;
- Apresentação de CPF e título de eleitor não dever obrigatória;
- Diferenciação de critérios e ações para os povos indígenas e quilombolas.

Recomendações Gerais

- Ampliar participação da sociedade e dos titulares de direitos na gestão do PBF;
- Realizar pesquisas que evidencie os gargalos e os principais problemas do PBF;
- Investir na articulação com outros programas e políticas do Governo Federal.

PBF: Um olhar a partir dos movimentos sociais e das mulheres

Adriana Maria Mezadri - Movimento de Mulheres Camponesas

Destaques da apresentação:

O Bolsa Família como um programa de transferência de renda tem um significado políticos muito importante, no sentido da cidadania. Para as mulheres, principalmente, pois a maioria dos titulares são mulheres e 70% dos pobres são mulheres e 30% dos miseráveis.

- A implementação do PBF tem uma forte carga cultural: As políticas são geradas compreendendo que as mulheres ficam com a tarefa do cuidado. E ainda, compreende uma educação paternalista e capitalista;
- Sentido da responsabilidade das mulheres. Essa responsabilidade é tão naturalizada. Ela não é que a queremos sempre. É um fardo bastante pesado. No entanto, quando as mulheres recebem o benefício do PBF elas sempre pensam no bem estar coletivo e com os homens é diferente. O PBF reproduz uma concepção de família onde a mãe assume toda a responsabilidade.
- O Bolsa Família é fundamental, mas se houvesse políticas públicas estruturantes talvez não precisava do bolsa família. No meio rural tem ainda o fator do isolamento.
- No meio rural existem muitas pessoas sem documentação. Estamos avançando devagar demais. Precisa-se de políticas de trabalho com direito.
- 60% dos assentamentos são da Bolsa Família. Isso significa que o governo não está atendendo a questão da reforma agrária e por isso os agricultores ainda precisam do benefício.
- As pessoas que recebem o PBF trabalham muito e muitas vezes no monocultivo sustentam a cadeia produtiva. Alto uso de agrotóxico. Houve aumento de prostituição, como é no caso das regiões onde se planta soja e o eucalipto.
- Na perspectiva da alimentação saudável, produz-se para a classe média e vende para as metrópoles. Existem limites das experiências.
- O projeto de agricultura que defendemos trabalha-se na perspectiva de produzir para trabalhar e vender. Muita importação de alimentos de que teríamos condições de produzir.
- A convivência da agricultura camponesa com a o agronegócio é muito difícil.

DEBATE em plenária:

Destaques de temas e questionamentos feitos pelos participantes:

- Acesso aos mercados, diversidade alimentar e aumento da obesidade. As grandes redes de supermercado facilitam a vida das mulheres mas trazem muito problemas.
- Como está inclusão das populações de rua no PBF?
- Política de Abastecimento: Como está a relação do P. Bolsa Família com as políticas de abastecimento?
- Qual o percentual de famílias que não estão incluídas no PBF?
- Existe preconceito dos gestores em relação aos quilombolas?
- Desinformação sobre o PBF e o empoderamento das comunidades.
- Enfrentamento da pobreza: Pedimos coisas ao PBF que não são objetivo dele. Ele não é uma política, como é a política de saúde.
- Programa de transferência com co-responsabilidade. Estado garante oferta e cidadão cumpre com sua obrigação. Isso nos joga no terreno da política. Existe um debate a ser travado na política.

Considerações finais dos participantes da mesa:

Adriana - MMC:

Existem Limites na distribuição dos alimentos. As políticas devem ser feitas. O PAA e Bolsa Família poderiam ter uma articulação maior.

Chico - IBASE:

O Programa Bolsa Família é um dos instrumentos possíveis para o enfrentamento da pobreza. Na Lei do Bolsa está colocado que transfere renda para quem não tem ou quem tem pouca.

Existe a necessidade de maior articulação das políticas.

Precisamos evitar de criar antagonismos. Aponta para a possibilidade que seus titulares de direitos e suas famílias tem acesso a direitos mínimos. Não podemos dizer que é o P. Bolsa Família ou a Reforma Agrária.

As Condicionalidades foram construídas politicamente em um quadro de disputas. A questão das condicionalidades, temos que olhar que em termos de correlação de forças fazer quatro anos atrás tinha forte o discurso da classe dominante. Devemos apontar para algum tipo de transição. Substituir o termo condicionalidade.

Thais - Comissão Permanente – DHAA – ABRANDH:

Condicionalidades: O que a comissão tem colocado é que não podemos punir os titulares de direito. Precisamos avançar no acompanhamento dessas famílias não em uma perspectiva de punição dos titulares.

Estamos propondo uma nova cultura. Reforçando a obrigação do Estado. A perspectiva do Direito é uma linguagem que precisamos mudar e reverter essa lógica das condicionalidades (que pune os titulares de direitos e não o Estado que tem a obrigação)

Sobre a documentação dos titulares, isto demanda ações imediatas do poder público. Não temos estudos sobre a questão da renda.

Lúcia - MDS:

Acesso prioritário a populações quilombolas, indígenas e de rua. Se temos essas populações. Temos trabalho intensamente para melhorar o cadastramento. O sistema *on line* para o cadastro. Ganho operacional muito grande.

Alcance dos mais pobres é o grande dilema das políticas brasileiras, o mais difícil é alcançar a população mais pobre.

Não é só o avanço na distribuição de renda que vai acabar com a extrema pobreza;

É importante fortalecer o processo de gestão do município.

Trabalho intenso com a população de rua. Garantir redes operacionais nos municípios. Realizar busca ativa x demanda.

Precisamos fortalecer o processo de gestão nos municípios e ampliar processo de comunicação. Criação da Agenda da Família: com os compromissos das famílias, distribuição de 15 milhões de agendas. Material com linguagem adequada que visa informar os direitos das famílias

Dezenove milhões e meio de famílias cadastradas. Acompanhamento dos compromissos dos pais em colocar as crianças nas escolas. 4 mil famílias. Insuficiência de políticas sociais desde sempre. As discussões são absolutamente saudáveis.

Utilizou o trabalho da Comissão de Direitos Humanos para o planejamento do MDS:

Corresponsabilidades: A disputa continua na sociedade brasileira. Podemos avançar na substituição dos termos, pois temos que enfrentar essas questões para construir.

→ **PAINEL 2: Transferência de renda: avanços e desafios no enfrentamento da extrema pobreza.**

Programas de transferência de renda na América Latina

Ana Fonseca - Unicamp

Ana fez uma apresentação com base nas características dos programas de transferências de renda a partir de pesquisas realizadas em vários países da América Latina.

Algumas características dos programas:

- Programas de renda foram ampliados em momentos de crise, como foi o caso do Equador;
- Houve muito investimento na focalização, como foi no Paraguai e Peru;
- Tempo de permanência nos Programas também foi diferenciado;
- Nem todos os programas têm as mulheres como titulares de direitos;
- O interessante é que a proteção social passa a incorporar os idosos. Diferente do Brasil que tem outras políticas para os idosos como a aposentadoria.

Desafios:

- Focalização e seletividade;
- Garantir oferta setorial;
- Titularidade dos direitos;
- Garantir Sustentabilidade.

Papel de Transferência de Renda na redução das desigualdades

Jorge Abrahão Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA

- Temos um conjunto de programas e ações que tornam a política social importante no Brasil e o P. Bolsa Família é um programa juntamente com outros, como a Previdência Social;
- Grande parte da renda brasileira hoje passa mais por uma decisão política do que uma decisão de mercado;
- A carga tributária brasileira cumpre um papel redistributivo. O seu papel é resignificar a política social brasileira;
- Houve mudanças estruturais no mercado de trabalho geradas pelo Bolsa Família e o salário mínimo. As pessoas não vão mais trabalhar por qualquer salário;
- 2008 – A política social brasileira consegue distribuir a renda de todos, principalmente para os mais pobres por consequência do Bolsa Família;
- IPEA realizou pesquisa sobre os multiplicadores para a economia a partir das políticas sociais.
- A renda brasileira é tão baixa que um BPV muda completamente a renda e tira algumas famílias da pobreza. O P. Bolsa Família não.
- Precisamos sair dessa concepção de que apenas os pobres recebem benefícios sociais. As transferências não vão apenas para o Nordeste. O estado do Rio de Janeiro é altamente dependente das transferências.
- Transferência de renda afeta a todos. As transferências P. Bolsa Família e aposentadoria rural afetam mais o Nordeste.
- Mas outras transferências afetam estados do Sudeste.

- 25% das transferências hoje vão para São Paulo. Assim, não é o Nordeste o grande receptor das políticas de transferência de renda.
- O Programa Bolsa Família tem um efeito muito forte na desigualdade.
- As políticas sociais afetam as condições materiais de todos e principalmente dos mais pobres e dos idosos.
- Política social afeta pouco a desigualdade. Para atacar a desigualdade precisamos de uma construção institucional da política social no Brasil.

Renda Básica de Cidadania

Clóvis Zimmerman – Rede de Ação e Informação Alimentação Primeiro - FiAN Brasil

Clóvis aborda algumas tendências e vantagens dos programas de transferência de renda. A apresentação pode ser solicitada pela secretaria do FBSSAN.

- Parece que hoje não podemos abdicar da transferência de renda. A tendência internacional é de não acabar com os programas de renda mínima.
- Existe capacidade de proximidade e expansão. Procura-se ampliar o debate para Renda Básica.
- Renda Básica é incondicional e individual.
- Primeira vantagem: atua contra as armadilhas da pobreza. Não gera medo de aceitar a pobreza e perder o benefício.
- Em todo mundo as pessoas pensam duas vezes se vão aceitar o emprego quando possuem o benefício do PBF.
- Segunda Vantagem: Diminui os erros de seleção dos pobres.
- A auto-declaração dificulta muito o processo de seleção. Ela apresenta menos falha de seleção.
- Terceira vantagem: Universalidade. Elimina o estigma social. O beneficiário do Bolsa Família é muito estigmatizado. A universalização encerra o estigma.
- Sobre a exigibilidade: a construção dos critérios fica mais fácil e diminui o clientelismo.
- Os programas de renda básica demoram muito a entrar da discussão social.
- No caso brasileiro, as crianças aparecem como as mais pobres.
- No Brasil, se o recurso fosse de 40 reais por pessoa o gasto seria de 190 milhões de reais.

PBF na ótica dos titulares de Direitos

Cleonice Dias de Almeida – Comitê Comunitário da Cidade de Deus - RJ

Cleonice fala a partir de sua experiência com o trabalho de liderança na comunidade Cidade de Deus, desde uma perspectiva histórica até os dias de hoje.

- A comunidade surge em 1966 com a remoção de outras pequenas favelas. Hoje são 56 mil pessoas em um local feito para 6 mil pessoas. Existem 28 mil moradores invisíveis. Existem muitos jovens entrando na universidade. Nesse sentido, o diálogo com a Universidade é fundamental.
- Luta de resistência. O Filme Cidade de Deus fez um trabalho negativo com a imagem da comunidade e seus moradores.
- Existem muitas ações de assistencialismo e clientelismo ao invés de direito.
- Desigualdade e déficit habitacional.
- A comunidade recebe muitos e projetos e recursos.
- A Pastoral da Criança e Light e outras empresas colocam recurso, os Vicentinos, os posto de saúde, a merenda escolar, as ONG, poder público. São volumes de recursos para investimento e nada muda.
- Duas pesquisas foram feitas na comunidade e mostraram que os cursos implementados

- foram feitos para gerar mão de obra barata e etc.
- Precisamos lutar por programas e ações geradores de direitos, com foco na educação, saúde, comunicação e geração de trabalho e renda. As pessoas aprendem participando de processos de lutas.
 - Os governos se aliam ao tráfico e o tráfico oprime as lideranças que querem políticas públicas diferentes.
 - Mas o diálogo hoje com o governo é melhor. As comunidades hoje vão diretamente aos Ministérios cobrar e se articular.
 - Nossa postura diante o P. Bolsa Família, é garantir que o máximo de pessoas estejam inscritos para colocar as pessoas no cadastro para receber benefício. É necessário uma mudança da lógica capitalista, de todos se responsabilizarem pela pobreza.
 - O que a gente tem certeza é que o PBF é um direito, justiça
 - O que será dos pobres se estiverem sempre a um passo atrás em um mundo muito competitivo.
 - Precisamos saber discernir sobre aquilo que não é perfeito, mas que pode ser visto como uma oportunidade.
 - Os pobres pagam mais impostos que a classe média, e o retorno é menor. O que pedimos não é um favor é um direito. Precisamos ser responsáveis por acompanhar um processo, ter informações, conhecer o orçamento.
 - As mulheres hoje estão na direção dos projetos sociais nas comunidades. E ainda estão na direção das organizações.

DEBATE em Plenária

Questões colocadas para a mesa:

- Condicionalidades;
- Reforma Tributária;
- Efeitos na economia da implementação da Renda Básica;
- Impostos e benefícios;

Considerações Finais dos participantes da Mesa

Jorge – IPEA

A questão tributária está no centro, ela é muito importante. Estamos fazendo a medição dos gastos e tributos. A classe média salva os mais pobres. A sociedade brasileira não vai aceitar uma reforma tributária.

O PBF é 0,3% do PIB. O custo administrativo do Bolsa Família é irrisório pelo o que ele significa. O PBF é o fortalecimento da institucionalidade do Estado Brasileiro.

O Brasil tem uma vitória sobre essa institucionalidade em relação às políticas sociais. As pessoas têm que tomar contato com as políticas sociais e o que tem sido feito. Não podemos abdicar de crescer. Tem muitas ações dispersas.

Sobre a crise, estamos crescendo a 7%. A maioria dos países está em situação muito pior.

A Reforma Tributária é muito importante, mas não vai sair na briga. Mudanças paramétricas que precisamos fazer.

Previdência rural tivemos que quebrar o estigma de que ela era uma coisa para pobre. Ela foi fundamental e tem que ser feita com recursos do Estado. Hoje é incontestável sua importância para o bem estar da sociedade.

Estado de bem-estar se constrói com políticas sociais e empregos, temos que apostar em políticas de emprego. O que adianta ter educação se não temos empregos.

Precisamos fazer com que a lógica da economia funcione na geração de empregos. Das políticas estruturantes a que mais precisamos atuar é a política da saúde.

Ana Fonseca - Unicamp

Porque um programa de transferência de renda com condicionalidades?

A unificação dos programas foi muito difícil, porque cada Ministério tinha seu programa. E foi muito difícil fazer esse programa porque veio de distintas culturas institucionais. O número de indivíduos estava em torno de 11 %. 400 mil que não estão.

Sobre a renda básica, está de acordo com a idéia. Uma coisa é transformar em realidade. Hoje o que existe de renda básica estava em Namíbia e no Alasca e o Irã que vai fazer, com o valor de 40 dólares.

Aprovaram 6% da receita tributária. No Brasil, os municípios saíram na frente. Diferente de países de América Latina e Caribe.

Nesse programa não tem esquerda e direita. A diferença desses programas é que como não tem nada parecido com o nosso caso brasileiro.

Sobre a Renda Mínima: Zerar o Cadastro Único e ampliar a possibilidade de ingresso individual;

Articulação do Programa. Fortalecimento do Conselho Gestor com representantes de outros Conselhos;

Precisamos avançar na articulação com os Territórios da Cidadania.

Clóvis - FIAN Brasil

Os grandes defensores das condicionalidades são os políticos de direita. Quanto mais aberto em relação às condicionalidades mais sócio-democrática e quanto mais fechado mais Liberal.

A questão da transferência de renda - Quanto mais o programa é para todo mundo mais diminui a desigualdade, quanto mais seletivo mais fortalece a desigualdade.

A questão dos economistas - Aumentar o poder de barganha dos profissionais mal remunerados Aumentando o benefício, você aumenta o poder de barganha e passam a lutar por melhorias na sua vida.

Obs: As apresentações em Power Point podem ser disponibilizadas pela Secretaria do FBSSAN. As solicitações podem ser feitas por email – rozi@ibase.br